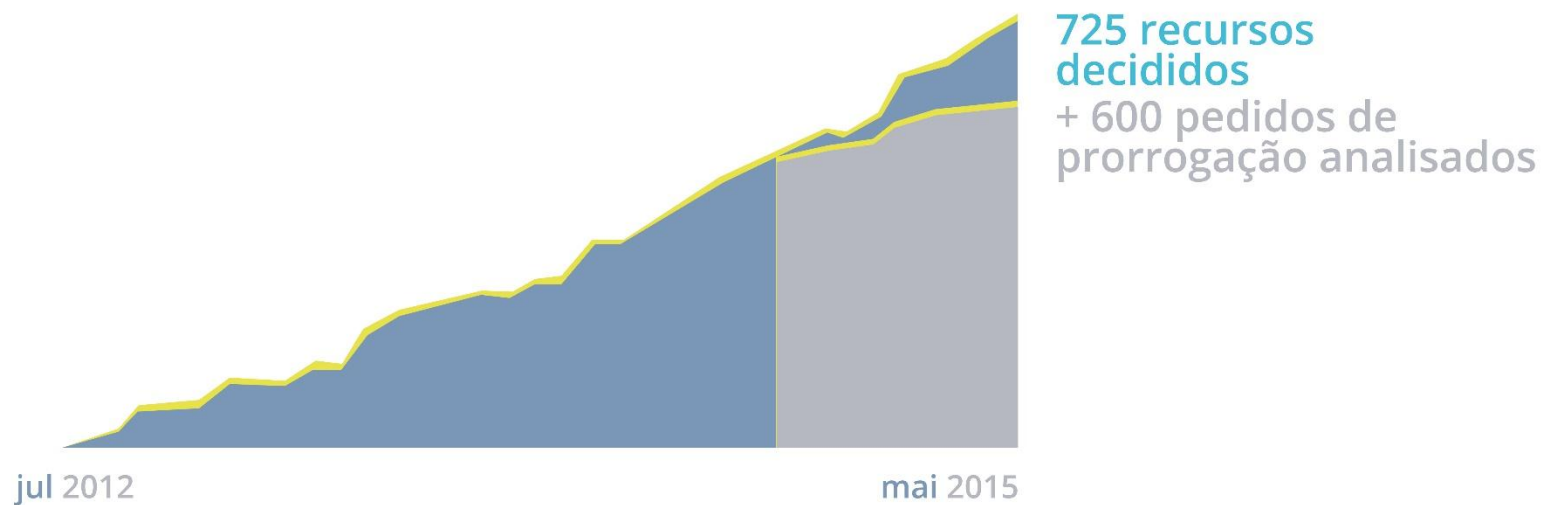


CMRI Comissão Mista de
Reavaliação de Informações

SÚMULAS 1 A 7

Pequeno balanço em números



Como funcionam as súmulas



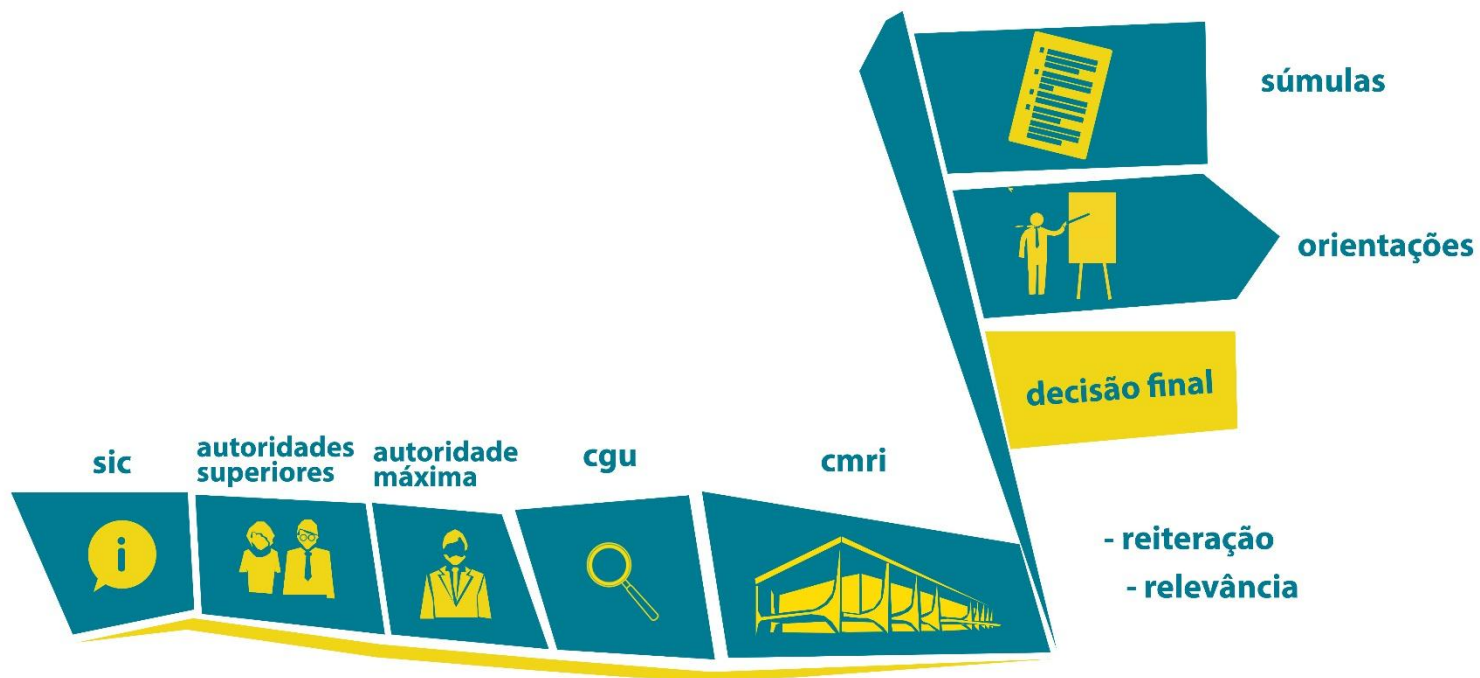
Como funcionam as súmulas



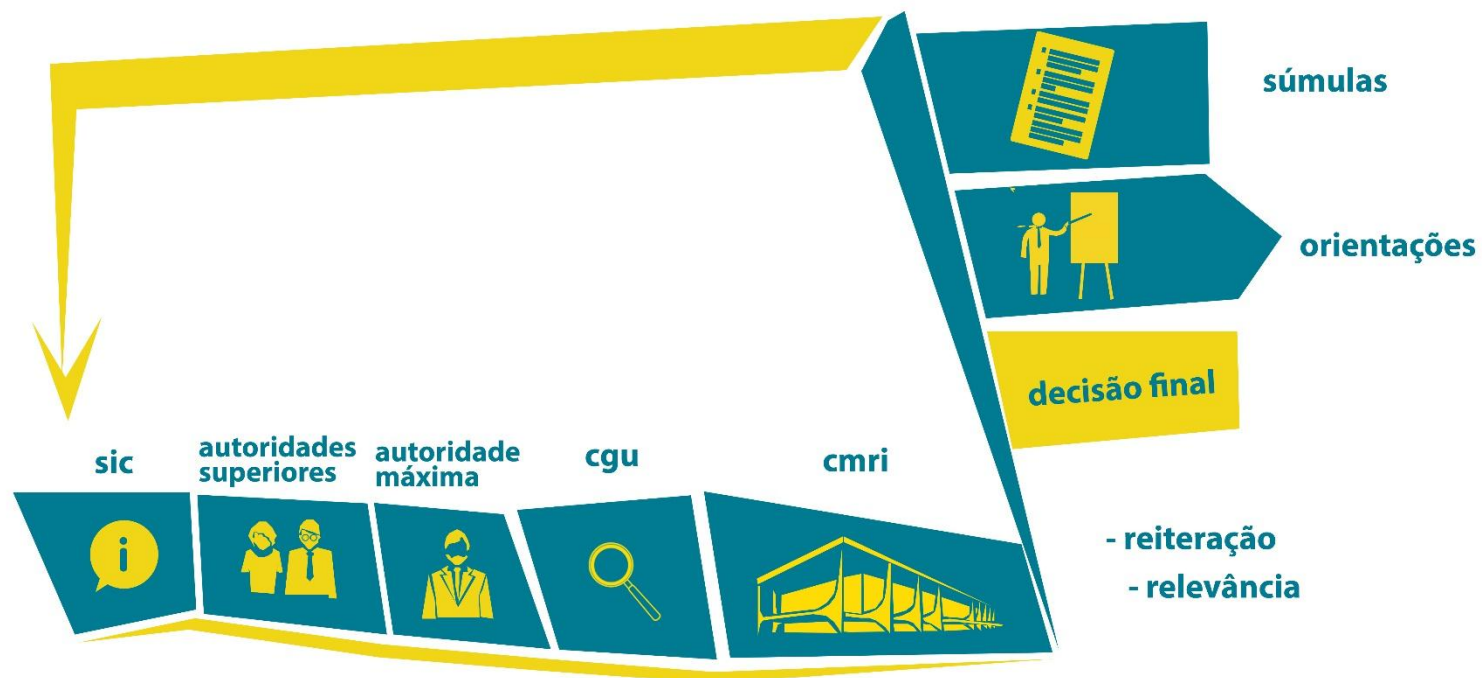
Como funcionam as súmulas



Como funcionam as súmulas



Como funcionam as súmulas





SÚMULA CMRI Nº1/2015

PROCEDIMENTO ESPECÍFICO. Caso exista canal ou procedimento específico efetivo para obtenção da informação solicitada, o órgão ou a entidade deve orientar o interessado a buscar a informação por intermédio desse canal ou procedimento, indicando os prazos e as condições para sua utilização, sendo o pedido considerado atendido.



1. SIC **orienta** na primeira oportunidade

2. O canal específico é **efetivo**

3. O canal específico possui **prazos** estabelecidos de atendimento





SÚMULA CMRI Nº1/2015

Exemplos

- Cidadão solicita extrato bancário de sua conta corrente a banco público por meio do SIC;
- Cidadão solicita informações relativas à sua declaração de imposto de renda à Receita Federal por meio do SIC;
- Cidadão solicita marcação de consulta ou perícia em posto da previdência social por meio do SIC;



SÚMULA CMRI Nº2/2015

INOVAÇÃO EM FASE RECURSAL. É **facultado** ao órgão ou entidade demandado conhecer parcela do recurso que contenha matéria estranha: i) ao objeto do **pedido inicial** ou; ii) ao objeto do **recurso** que tiver sido conhecido por instância anterior - **devendo** o órgão ou entidade, sempre que não conheça a matéria estranha, indicar ao interessado a necessidade de formulação de novo pedido para apreciação da matéria pelas instâncias administrativas iniciais.

1. Trata-se de uma **faculdade** do órgão, podendo ele, atendendo ao princípio da economia, conhecer de matérias distintas da inicial, conforme conveniência e oportunidade

2. A inovação pode ocorrer em qualquer instância, mas se a matéria já tiver sido conhecida, não pode o órgão ou entidade deixar de conhecê-la em instâncias supervenientes;

3. É **dever** do órgão informar ao cidadão da necessidade de formulação de novo pedido sempre que negá-lo com fundamento nesta súmula



SÚMULA CMRI Nº2/2015

Exemplos

- Cidadão solicita inicialmente o número de determinado processo para, em seguida, solicitar cópia do seu inteiro teor;
- Cidadão solicita determinado processo e, em seguida, passa a solicitar outro processo;



SÚMULA CMRI Nº3/2015

EXTINÇÃO POR CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO. Observada a regularidade do ato administrativo classificatório, extingue-se o processo cujo objeto tenha sido classificado durante a fase de instrução processual, devendo o órgão fornecer ao interessado o respectivo Termo de Classificação de Informação, mediante obliteração do campo 'Razões da Classificação'

Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por **fato superveniente**.

1. A classificação necessita ser feita por meio de TCI regular: atentar para forma essencial, a competência da autoridade e o fundamento legal;

2. A classificação da informação com o processo em curso se equipara à hipótese prevista no art. 52 da Lei 9.784/1999;

3. O TCI passa a constituir prova do fato superveniente que levou à extinção do processo.



SÚMULA CMRI Nº3/2015

Exemplos

- Ao analisar o documento objeto da solicitação, o órgão percebe que a difusão da informação nele contida se encontraria dentre as hipóteses previstas no art. 23 ou art. 24 § 2º da Lei de Acesso à Informação, procedendo à sua classificação durante o processo administrativo de acesso à informação.



SÚMULA CMRI Nº4/2015

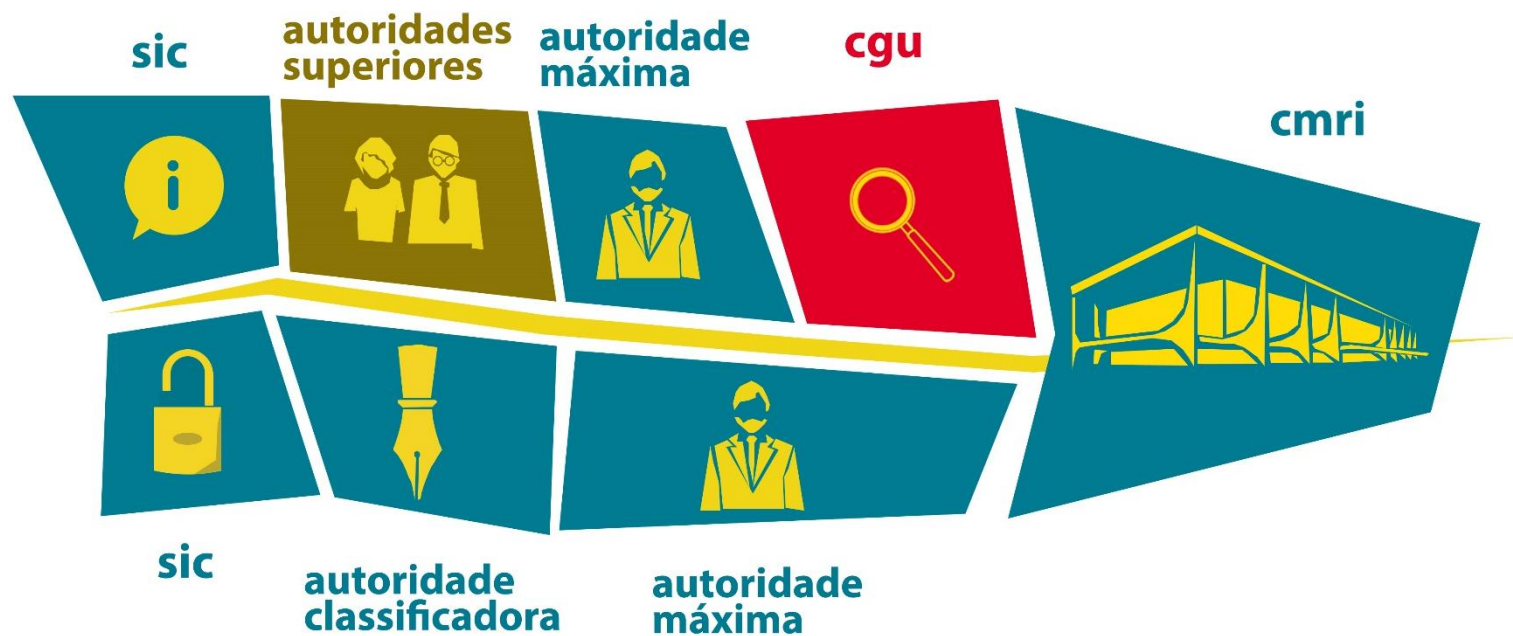
PROCEDIMENTO PARA

DESCCLASSIFICAÇÃO. *O pedido de desclassificação não se confunde com o pedido de acesso à informação, sendo ambos constituídos por ritos distintos e autuados em processos apartados. Nos termos dos artigos 36 e 37 do Decreto 7.724, de 2012, o interessado na desclassificação da informação deve apresentar o seu pedido à autoridade classificadora, cabendo recurso, sucessivamente, à autoridade máxima do órgão ou entidade classificador e, em última instância, à CMRI.*

SÚMULA CMRI Nº4/2015



 **SÚMULA CMRI Nº4/2015**





SÚMULA CMRI Nº5/2015

CONHECIMENTO - AUTORIDADE QUE PROFERE DECISÃO. *Poderão ser conhecidos recursos em instâncias superiores, independente da competência do agente que proferiu a decisão anterior, de modo a não cercear o direito fundamental de acesso à informação.*

- 1. Esta súmula visa a proteger a legítima confiança do administrado, que crê que o seu recurso será analisado por autoridade competente;*
- 2. Caso o órgão perceba o equívoco ao longo do processo, não lhe será possível alegar a nulidade do ato em proveito próprio.*



SÚMULA CMRI Nº5/2015

Exemplos

- No curso de um processo, a decisão de primeira instância não é decidida pela autoridade hierarquicamente superior àquela que respondeu ao pedido.
- No curso de um processo, a decisão de última instância do órgão não é proferida por autoridade máxima ou é proferida por autoridade com delegação não válida.



SÚMULA CMRI Nº6/2015

INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO. A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza **satisfativa**; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá **solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho.**

1. A declaração de inexistência equivale, para o processo, a um provimento;
2. As autoridades revisoras poderão solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos – ou seja, podemos tratar de dado existente mas sem informação consolidada ou de documento inexistente (registro) inexistente;
3. A constatação de inexistência decorrente de eliminação irregular ou descaminho do documento implica apuração de responsabilidade; a inexistência de informação de competência do órgão cujos dados não foram consolidados implica recomendação ao gestor.



SÚMULA CMRI Nº6/2015

Exemplos

- Cidadão solicita informação que jamais existiu no órgão ou entidade: a declaração de inexistência da informação será satisfativa, sem providências adicionais;
- Cidadão solicita informação cuja produção e consolidação é competência do órgão ou entidade: a declaração de inexistência da informação será satisfativa, mas o gestor deverá buscar meio de produzi-la quando vinculada a um dever legal;
- Cidadão solicita uma informação cujo registro desapareceu no âmbito do órgão ou entidade: a declaração de inexistência da informação será satisfativa, mas, constatada a irregularidade, o órgão deverá adotar medidas de apuração de responsabilidade.



SÚMULA CMRI Nº7/2015

CONSELHOS PROFISSIONAIS. Não são cabíveis os recursos de que trata o art. 16 da Lei nº 12.527, de 2011, contra decisão tomada por autoridade máxima de conselho profissional, visto que estes não integram o Poder Executivo Federal, não estando sujeitos, em consequência, à disciplina do Decreto nº 7.724/2012.

1. Conselhos Federais estão submetidos à Lei 12.527/2011;
2. Contudo, eles são autarquias com características especiais, que os aproximam dos entes paraestatais, não integrando a Administração direta nem indireta;
3. Por esta razão, não estão submetidos ao rito previsto pela Lei 12.527/2011 para o Poder Executivo Federal, tampouco submetem-se ao Decreto 7.724/2012.

OBRIGADO

Felipe Taufik Daud - CMRI
comicaoreavaliacaolai@presidencia.gov.br

Marcos Gerhardt Lindenmayer – CGU
marcos.lindenmayer@cgu.gov.br



Ministério do
Planejamento

Controladoria-Geral
da União

